Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal Pleno

ACÓRDÃO - AC00 - 356/2023

PROCESSO TC/MS	: TC/4003/2022
PROTOCOLO	: 2162623
TIPO DE PROCESSO	: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO
ÓRGÃO	: SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
JURISDICIONADO	: MARIA CECILIA AMENDOLA DA MOTTA
RELATOR	: CONS. FLÁVIO KAYATT

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO – SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS – RESULTADOS DO EXERCÍCIO DEVIDAMENTE DEMONSTRADOS – CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS – REGULARIDADE.

É declarada regular a prestação de contas anual de gestão em razão do cumprimento das disposições legais e regulamentares que regem a matéria (Leis Federais n. 4.320/1964 e n. 101/2000; Lei Estadual n. 5.618/2020; Resolução TCE/MS n. 88/2018 e 98/2018), cujos resultados apurados no final do exercício estão demonstrados nos anexos apropriados; sem prejuízo de eventual verificação futura, pormenorizada, mediante outros procedimentos cabíveis, dos atos praticados pelo gestor no curso do exercício financeiro em referência.

ACÓRDÃO

Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 4ª Sessão Ordinária Virtual do Tribunal Pleno, realizada de 24 a 27 de julho de 2023, ACORDAM os Senhores Conselheiros, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, no sentido de declarar **regular** e assim aprovar a **prestação de contas anual de gestão** da **Secretaria de Estado de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul** – exercício **2021**, com fundamento nas disposições dos arts. 21, II, e 59, I, da Lei Complementar (estadual) n. 160, de 2 de janeiro de 2012, sem prejuízo de eventual verificação futura, pormenorizada ─ mediante outros procedimentos cabíveis ─, dos atos praticados pelo gestor no curso do exercício financeiro em referência.

Campo Grande, 27 de julho de 2023.

Conselheiro **Flávio Kayatt** – Relator

RELATÓRIO

O Exmo. Sr. Conselheiro Flávio Kayatt – Relator

A matéria dos autos trata da **Prestação de Contas Anual de Gestão da Secretaria de Estado de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul**, relativas ao exercício financeiro de 2021, encaminhada a esta Corte de Contas dentro do prazo estabelecido pela Resolução TCE/MS nº 88/2018.

A **Equipe Técnica da Divisão de Fiscalização de Gestão da Educação**, expediu a análise (ANA-DFE- 6290/2022, pç. 58, fls. 864-880), por meio da qual firmou o entendimento de que a contas de gestão estão em conformidade com os critérios aplicados na análise.

Submetida a matéria ao exame da **Auditoria**, o seu representante, emitiu o Parecer PAR-GACS LLRP-9352/2022 (peça 59, fls.881-887), opinando pela declaração de **regularidade**, conforme segue:

> Ante o exposto, com base nos exames e conclusões presentes nas fundamentações deste Parecer, em cumprimento ao que estatuem os artigos 14, I, e 59, I, da Lei Complementar Estadual nº 160/2012 (LO-TCE/MS), esta Auditoria opina pela regularidade destas contas anuais de gestão.

Finalmente, o representante do **Ministério Público de Contas-MPC**, opinou, por meio do Parecer PAR-2ª PRC-10290/2022 (peça 60, fls. 888-890), no seguinte sentido:

> I – **julgar REGULAR a Prestação de Contas de Gestão, do exercício de 2021**, da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, de responsabilidade da Gestora Sra. MARIA CECÍLIA AMENDOLA DA MOTTA, Secretária de Estado, tendo como suporte o art. 77, inciso II, da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul c/c artigo 21, inciso II e artigo 59, inciso I, ambos da Lei Complementar nº 160/2012 e artigo 17, inciso II, "a", 2, da Resolução TC/MS nº 98/2018;
>
> II – RECOMENDAR que os pontos que foram objeto de Ressalvas no Parecer da Controladoria-Geral do Estado de Mato Grosso do Sul (itens 5.1.1, 5.1.2 e 5.2.1, do Relatório de Auditoria de fls. 13/23) sejam verificados quando da realização de Inspeção por este Tribunal de Contas junto à Secretaria de Estado de Educação
>
> (...)

É o relatório.

VOTO

O Exmo. Sr. Conselheiro Flávio Kayatt – Relator

Sobre a matéria em exame, constato que o feito está apropriadamente instruído, razão pela qual declaro encerrada a instrução processual para o julgamento desta prestação de contas, nos termos dos arts. 4º, III, *b*, e 112, III, do Regimento Interno (aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98, de 5 de dezembro de 2018).

DO ORÇAMENTO

Os ingressos e as aplicações de recursos financeiros do Estado para o exercício de 2021 foram aprovados pela Lei Estadual nº 5618/2020, a qual autorizou despesa para a Unidade Orçamentária –Secretaria de Estado de Educação, no valor de R$ 2.330.959.300,00 (pç. 16, fls. 79-83).

No decorrer da execução, foram abertos créditos adicionais por conta de excesso de arrecadação, superávit financeiro, anulação de dotação orçamentária própria, anulação de dotação orçamentária para outros e de outros órgãos, além do cancelamento de dotação, com isso a despesa autorizada final foi alterada para R$ 2.954.828.600,00 (Balanço Orçamentário, Anexo 12, pç. 18, fls. 177-178).

Nesse sentido, restaram atendidas as determinações dos artigos 42 e 43, § 1º, incisos I a III, todos da Lei Federal nº 4.320/64.

DOS BALANÇOS

Examinando a matéria, verifico que os resultados apurados no final do exercício foram demonstrados nos anexos apropriados, em consonância com as prescrições dos arts. 101 a 105 da Lei (federal) n. 4.320, de 17 de março de 1964, e com os ditames da Lei Complementar (federal) n. 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

As demonstrações são compostas por: Balanço Orçamentário (BO) (pç. 18, fls. 177-179), Balanço Financeiro (BF) (pç.19, fls. 180-181), Balanço Patrimonial (BP) (pç.20, fls.182-183), Demonstrativo das Variações Patrimoniais (DVP) (pç.21, fls.184-185), Demonstrativo da Dívida Flutuante (pç.22, fl. 186) Demonstrativo dos Fluxos de Caixa (DFC) (pç.23, fls. 187-188).

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (ANEXO 12, PEÇA 18, FLS.177-179)

O Anexo 12 (BO), nos termos da Lei n. 4.320, de 1964, demonstrou as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

Em comparação das receitas realizadas (R$ 0,00), com as despesas empenhadas no valor de R$ 2.629.707,56 decorrentes da execução do orçamento, observo que houve **déficit** orçamentário na ordem de R$ - 2.629.707.501,56.

BALANÇO FINANCEIRO (ANEXO 13, PEÇA 19, FLS. 180-181)

O Anexo 13 (BF) demonstrou a receita orçamentária, as transferências financeiras recebidas, os recebimentos de natureza extraorçamentária, conjugados com o saldo de caixa do exercício anterior, bem como a despesa orçamentária, transferências financeiras concedidas e pagamentos extraorçamentários, restando um saldo em espécie (disponível) para o exercício seguinte na ordem de R$ 364.585,57 conforme abaixo demonstrado:

BALANÇO FINANCEIRO	
ESPECIFICAÇÕES	R$
1. Receita Orçamentária	0,00
2. Transferências Financeiras Recebidas	2.621.828.884,20
3. Recebimentos Extraorçamentários	796.221.496,20
4. Saldo em Espécie do Exercício Anterior	96.210.751,21
5. Total (1 + 2 + 3 + 4)	**3.514.261.128,01**
6. Despesa Orçamentária	2.629.707.501,56
7. Transferências Financeiras Concedidas	1.539.072,02
8. Pagamentos Extraorçamentários	737.728.610,71
9. Total (6 + 7 + 8)	**3.368.975.184,29**
10. Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (5 – 9)	**145.285.943,72**

BALANÇO PATRIMONIAL (ANEXO 14, PEÇA 20, FLS. 182-183)

O Anexo 14 (BP) é a demonstração contábil que evidencia, qualitativamente e quantitativamente, a situação patrimonial do órgão público por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

Atendendo as determinações legais e às normas contábeis vigentes, certifico que o Anexo 14 (BP) foi composto pelo quadro principal, quadros de ativo e passivo financeiro e permanentes, quadro das contas de compensação e quadro do superávit/déficit financeiro.

O resultado patrimonial do exercício apresentou um valor residual (superávit), que conjugado ao resultado de exercícios anteriores e ajustes de exercício anteriores, consigna o seguinte saldo patrimonial:

ESPECIFICAÇÕES		R$
Resultado de Exercícios Anteriores		318.642.568,95
Resultado do Exercício		243.515.584,91
Ajuste de Exercícios Anteriores		(13.110.542,87)

Total patrimônio Líquido		**549.047.610,99**

DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (ANEXO 15, PEÇA 21, FLS.184-185)

O Anexo 15 (DVP) - Demonstração das Variações Patrimoniais-DVP evidenciou as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária e indica o resultado patrimonial do exercício, que no presente caso, apresentou um valor superavitário de R$ 243.515.584,91.

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE (ANEXO 17, PEÇA 22, FL.186)

A dívida flutuante é aquela contraída pela Administração Pública, por um breve e determinado período de tempo. Segundo o art. 92 da Lei nº 4.320/64, compreende os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida, os serviços da dívida a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria.

De acordo com o Anexo 17 – Demonstrativo da Dívida Flutuante, restou um saldo para o exercício de 2022 no valor de R$ 188.590.796,22.

DEMONSTRATIVO DOS FLUXOS DE CAIXA (ANEXO 18, PEÇA 23, FLS.187-188)

O Anexo 18 (DFC) - Demonstrativo dos Fluxos de Caixa identifica as origens dos fluxos de entrada de caixa, os itens que geraram desembolso de caixa durante o período das demonstrações contábeis e o saldo de caixa das demonstrações contábeis.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, a Demonstração de Fluxo de Caixa é composta por um quadro principal com as atividades operacionais, investimento e financiamento, além dos quadros secundários. São eles: de receitas derivadas e originárias, das transferências recebidas e concedidas, de desembolsos de pessoal e demais despesas por função e de juros e encargos da dívida.

Consoante informações descritas no DFC a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa do exercício corresponde a R$ 49.075.192,51 apurada entre os saldos de Caixa e Equivalentes de caixa inicial e final.

DEMONSTRATIVO DOS FLUXOS DE CAIXA	
ESPECIFICAÇÕES	R$
1. Fluxo de caixa líquido das Atividades Operacionais	140.050.937,10
2. Fluxo de caixa líquido das Atividades de Investimento	(90.429.866,03)
3. Fluxo de caixa líquido das Atividades de Financiamento	(545.878,56)
4. Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	96.210.751,21
5. Caixa e Equivalente de Caixa Final	145.285.943,72

6. GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	**49.075.192,51**

Feitas as análises acima e avaliados os Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, bem como os Demonstrativos das Variações Patrimoniais, da Dívida Flutuante e o Demonstrativo do Fluxo de Caixa, concluo que os resultados apurados no final do exercício foram demonstrados nos anexos apropriados, em conformidade com as prescrições dos arts. 102 a 105 da Lei (federal) n. 4.320, de 17 de março de 1964.

DISPOSITIVO

Diante do exposto, acolho o Parecer da Auditoria e do Ministério Público de Contas e **VOTO** no sentido de declarar **regular** e assim aprovar a **prestação de contas anual de gestão Secretaria de Estado de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul** – exercício 2021, com fundamento nas disposições dos arts. 21, II, e 59, I, da Lei Complementar (estadual) n. 160, de 2 de janeiro de 2012, sem prejuízo de eventual verificação futura, pormenorizada — mediante outros procedimentos cabíveis —, dos atos praticados pelo gestor no curso do exercício financeiro em referência.

DECISÃO

Como consta na ata, a decisão foi unânime, firmada nos termos do voto do Relator, em declarar regular e assim aprovar a prestação de contas anual de gestão.

Presidência do Exmo. Sr. Conselheiro Jerson Domingos.

Relatoria do Exmo. Sr. Conselheiro Flávio Kayatt.

Tomaram parte no julgamento os Exmos. Srs. Conselheiros Osmar Domingues Jeronymo, Marcio Campos Monteiro e o Exmo. Sr. Conselheiro -Substituto Célio Lima de Oliveira.

O Exmo. Sr. Conselheiro-Substituto Leandro Lobo Ribeiro Pimentel declarou-se impedido de votar.

Presente o Exmo. Sr. Procurador-Geral do Ministério Público de Contas, João Antônio de Oliveira Martins Júnior.

Campo Grande, 27 de julho de 2023.

Conselheiro **FLÁVIO KAYATT**

Relator

VAS/MFGM